



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



Filiado:



Ribeirão Preto, 28 de Fevereiro de 2023.

**Ofício n 041/2023**

Exmo. Sr.

**ANTONIO DUARTE NOGUEIRA JUNIOR**

DD. Prefeito do Município de Ribeirão Preto

Nesta

Prezado Senhor

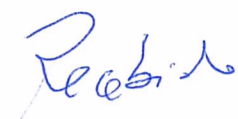

**O Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guatapar e Pradópolis, por seu presidente Valdir Avelino, vem a presença de V.Exa. entregar a Pauta de Reivindicaes da Data-Base 2023, aprovada em Assembleia da categoria realizada no dia 27 de fevereiro do corrente ano na sede desta entidade.**

Antecipadamente agradecemos e colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente.

  
Valdir Avelino

Presidente do SSM/RPGP

  
em 28.2.2023  




**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



Filiado:



**PAUTA DE REIVINDICAOES**

**DATA BASE - MARÇO DE 2023**

Realizado  
28.2.2023

O **SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**, com amparo no inciso III do art. 8, da Constituição Federal de 1988, que trata da prerrogativa dada aos sindicatos para defender interesses coletivos ou individuais da categoria, seja em questões individuais, seja em questões coletivas, combinado com o que também dispõe a Constituição Federal, no seu inciso XXVI, do art. 7, que reconhece as convenoes e os acordos coletivos de trabalho; no inciso VI do art. 8, que estabelece a presença obrigatória dos sindicatos nas negociaoes coletivas de trabalho e, no seu artigo 37, inciso VI, que dispõe ser garantido ao servidor público o direito à livre associação sindical, sem restriao pelo Poder Público e, ainda, nos termos da inteligência do art. 229 da Constituição Estadual Paulista que assegura aos sindicatos a atuaao fiscalizatória e formuladora em políticas públicas de saúde dos trabalhadores, a teor do que se extrai do art. 90 da referida Constituição Bandeirante, particularmente seu inciso V, que reconhece ser o sindicato parte legítima para questionar a constitucionalidade de lei ou ato normativo ou por omissão de medida necessária para tornar efetiva norma ou princípio; e pelo disposto na Lei Orgânica do Município que, no seu artigo 113 assegura o direito à livre associação sindical e a greve e no artigo 120 que dispõe sobre a data-base estabelecida na legislaao municipal para revisões dos vencimentos, salários e proventos dos servidores municipais, inclusive das autarquias e fundaoes, pelo seu presidente VALDIR AVELINO *in fine* assinado, com respaldo nos artigos 1, 3, 5 e 6 do Estatuto Social vigente, vem por meio deste apresentar ao Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Duarte Nogueira, em forma clausulada e fundamentada, as reivindicaoes da categoria para a data-base deste ano, cujo processo de negociaao institucionalizada tem início em 01 de março de 2023, reivindicaoes estas previamente discutidas e aprovadas pelos trabalhadores em Assembleia Geral realizada na noite de ontem (27/02/2022) na sede da entidade.

Sede: Rua XI de Agosto não 361 - Campos Elíseos - Ribeirão Preto - SP. - CEP 14085-030

Tel.: (16) 3977-8100 - [www.municipais.org.br](http://www.municipais.org.br)

Sub Sede: Rua Aparecido Nunes, 333 casa 01 - Nova Guatapar - Guatapar - SP. - CEP 14115-000

Sub Sede: Rua Cesar Giovanetti, 720 casa 01 e 02 - Centro - Pradópolis - CEP 14850-000



# SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



## 1. RECOMPOSIO SALARIAL NO PERCENTUAL DE 5,79%

No tocante a revisão anual de que trata o art. 37, X, da Constituio Federal e também o artigo 120 da Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto, com respaldo da assembleia geral o Sindicato reivindica o reajuste da remunerao de todos os servidores e empregados públicos municipais, inclusive proventos de inatividade, no percentual de 5,79% (cinco virgula setenta e nove por cento) referente ao acumulado do IPCA (ndice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) dos últimos 12 meses, a ser aplicado aos vencimentos/proventos/pensões mensais integrais dos servidores públicos municipais, ativos, inativos e pensionistas, a partir de 1 de março de 2.023.

## 2. ACRÉSCIMO SALARIAL (AUMENTO REAL) NO PERCENTUAL DE 10,25%

Após a constatao de inequívoco crescimento da receita do Município de Ribeirão Preto nos anos de 2022 e 2023 e observado o estreito enquadramento do aumento efetivo de remunerao ora requerido às finanças do Município, ante a ausência de demonstrao de qualquer risco ao cumprimento do limite de gastos com pessoal fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em harmonia com o princípio da valorizao do trabalho humano, enfatizada, entre outros, nos art. 1, inciso IV, art. 3 inciso III e caput do art. 170, todos da Constituio Federal, postulam os servidores e empregados públicos municipais que o Município conceda ndice indistinto **a título de acréscimo salarial (aumento real) no percentual de 10,25% (dez virgula vinte e cinco por cento)** a ser aplicado aos vencimentos/proventos/pensões mensais integrais dos servidores públicos municipais, ativos, inativos e pensionistas, a partir de 1 de março de 2.023.

## 3. REPOSIO DE 20% NO VALOR DO VALE ALIMENTAO E DO AUXÍLIO NUTRICIONAL

Tendo em vista que, apesar de o preço em si ser igual para todos, o tamanho do impacto dos aumentos nos produtos varia para cada trabalhador de



## SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



acordo com a chamada cesta de consumo - ou seja, depende dos grupos de produtos que elas costumam consumir e quanto do orçamento delas esses itens representam - sendo assim inequívoco que nos últimos doze meses, para as famílias de renda mais baixa, a maior pressão inflacionária reside no grupo alimentao, impactado por reajustes de 8,6% das carnes, de 19,6% de aves e ovos, de 43,8% do aucar e de 61,2% do café (fonte IPEA), motivo pelo qual, os servidores e empregados públicos municipais postulam **reposio na ordem de 20% (vinte por cento) no valor do Vale Alimentao e do Auxílio Nutricional**, como forma de amenizar os impactos altistas significativos sobre a inflao nos alimentos, acumulada no período.

#### **4. ABONO SALARIAL DE, NO MÍNIMO, R\$ 600,00 MENS AIS EM CARÁTER TRANSITÓRIO E EMERGENCIAL POR 12 MESES**

Requer-se a concessão de abono salarial a ser instituído por 12 meses, mediante lei, em caráter transitório e emergencial, com possibilidade de valores diferentes para cada categoria distinta de servidores públicos municipais, desde que não inferiores a R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, extensivo aos servidores municipais inativos e aos pensionistas.

#### **5. APLICAO DOS MESMOS ÍNDICES E NAS MESMAS DATAS DE REAJUSTES E/OU CORREOES EVENTUALMENTE ADOTADOS PARA A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS DE AGENTES PúBlicos ELETIVOS (PREFEITO E VEREADORES)**

Sem prejuízo das reivindicaoes clausuladas nos itens 1, 2, 3 e 4 da presente PAUTA DE REIVINDICAOES, mas com a possibilidade de abatimento de percentuais concedidos nesta data-base, caso sobrevenha em forma de lei soluço legislativa para correo na revisão dos subsídios dos secretrios municipais, vereadores e prefeito, para que não ocorra violao ao princípio da isonomia em decorrência da diferenciao de percentuais dos reajustes aplicados na revisão dos subsídios dos agentes públicos eletivos e demais servidores e



## SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



empregados públicos municipais, requer-se que o Poder Executivo Municipal - que detm a reserva de iniciativa para legislar sobre revisão salarial dos servidores públicos - caso tenha promulgado, promulgue, tenha permitido ou permita, ainda que tacitamente, a promulgao de norma de origem parlamentar que recomponha o poder aquisitivo da remunerao e dos subsídios de agentes públicos eletivos, em virtude da desvalorizao monetária, altere igualmente o padrão remuneratório (Tabela de Vencimentos) dos servidores e empregados públicos municipais, com a aplicao dos mesmos índices e nas mesmas datas, propondo para isso projeto de lei que alcance, de forma geral e indistinta, todos os demais agentes públicos que não detm mandatos eletivos, inclusive recompondo os proventos de inatividade.

### **6. MUDANÇAS NA FORMA DE APLICAO DO PCCS PARA PROPICIAR TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE CRESCIMENTO CONTÍNUO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS**

Postula o Sindicato que sejam promovidas substanciais mudanças na forma de aplicao do PCCS no sentido de propiciar trajetória profissional de crescimento contínuo aos servidores municipais, na linha da qual estabelece a lei e a Constituio Federal.

Através da negociao coletiva, examinar os mecanismos e procedimentos elaborados para a aplicao do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), com vistas a proporcionar a sua efetividade, buscando a soluço do conflito relacionado a matéria pelas próprias partes, através de concessões recíprocas, pois o PCCS, previsto pela legislao municipal, hoje  prisioneiro de regras e paradigmas unilaterais, injustos, limitadores e excludentes construídos por normas inferiores a lei que rege a matéria. Este descompasso entre as medidas administrativas adotadas no PCCS e o teor da lei tem ensejado constantes dificuldades e tensões na relao entre a Administrao e os servidores e para que os conflitos neste campo não se acirrem  preciso que as partes, pela via negocial, estabeleçam em comum acordo uma interpretao adequada e prospectiva do texto legal que permita a implantao de procedimentos que



## SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



propiciem, de fato e de direito, a possibilidade, a viabilidade e a eficácia jurídica do estabelecimento de trajetória profissional de crescimento contínuo aos servidores municipais, visando sua valorização, bem como o aumento da efetividade do serviço público, possibilitando o desenvolvimento profissional corresponsável mediante progressão e promoção, por avaliação periódica anual, levando em conta os conhecimentos, frequência e compromisso dos servidores com o interesse público.

### **7. PAGAMENTO DE PROMOÇÕES E PROGRESSES DO PCCS EM ATRASO.**

Requer-se o imediato pagamento das diferenças salariais decorrentes de promoções e progresses de direito dos servidores, que se encontram há muito tempo em atraso.

### **8. QUITAÇÃO DE PARTE INCONTROVERSA DE CONDENAÇÕES JUDICIAIS.**

Nos termos da decisão tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1205530, com repercussão geral reconhecida (Tema 28) pelo STF, requer-se que o Município se comprometa a pagar, mediante a expedição de precatório ou requisiao de pequeno valor (RPV), a parte incontroversa e autnoma de dvida judicial quando a decisão referente a essa parcela for definitiva (transitada em julgado).

### **9. CORREÇÃO DO PATAMAR MÁXIMO DA REQUISIAO DE PEQUENO VALOR (RPV)**

Requer-se que seja instituído, mediante lei, forma de atualização periódica do valor para pagamento de obrigações de pequeno valor (RPV), de que trata a Lei 12.055/2009.



## **SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



### **10. DEMOCRATIZAO DOS CONSELHOS.**

Postula o Sindicato pela Gestão Democrática em todos os Conselhos Municipais, tornando paritários os Conselhos Administrativos, Executivos, Fiscais do Poder Executivo Municipal, incluindo a administrao direta e indireta, com a revogao imediata das normas que inconstitucionalmente promovem o desequilíbrio entre os indicados pelos trabalhadores, pela sociedade e pela Administrao Pública.

### **11. LICENÇA PRMIO EM PECÚNIA.**

Postula-se a concessão de uma licença prmio em pecúnia, a ser paga no mês do aniversário do servidor. Para os servidores que já fizeram aniversário no ano de 2.023, o pagamento da licença prmio deverá ser feito de imediato.

### **12. PAGAMENTO DOS 10 DIAS DE FÉRIAS EM PECÚNIA.**

### **13. EQUIPARAO DO VALOR DO VALE ALIMENTAO**

Postula o Sindicato que, para quem cumpre carga horária de 12hs diurna, o Vale Alimentao seja pago no mesmo valor que  pago a quem cumpre carga horária de 12hs noturna.

### **14. CUMPRIMENTO EFETIVO DA LEI FEDERAL 12.994/2014 (IFA- INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL)**

### **15. NEGOCIAO COLETIVA PARA A REGULAMENTAO DAS GRATIFICAOES INCORPORÁVEIS.**

A regulamento das gratificaoes incorporáveis referente a Emenda Constitucional 103/19, pelo impacto social que dela decorre e pela natureza



## **SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



coletiva dos direitos afetados, constitui matéria própria de negociação coletiva, que deverá ser formalizada com este Sindicato, eis que o valor social do trabalho figura como fundamento do Estado Democrático de Direito (CF, art. 1, inciso IV) e o direito a uma aposentadoria digna  tema inerente ao direito coletivo do trabalho, que desafia a entabulao de negociação entre os sujeitos coletivos, com vistas  solução de conflitos,  luz do art. 37, incisos VI e VII da Constituição, especialmente considerando a supralegalidade das normas da Convenção n 151 da OIT que estabelecem a obrigação dos Estados signatários de promover processos de negociação ou métodos que permitam a participação dos representantes dos trabalhadores.

### **16. ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Requer-se a alteração do artigo 2 da Lei 1956/2006, que regulamenta o Adicional de Insalubridade, a fim de que o percentual de pagamento passe a incidir sobre o valor do nível 01.1.01 da Tabela de Cargos, Carreiras, Níveis e Vencimentos.

### **17. NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO IMEDIATA DO ARTIGO 1 DA LEI COMPLEMENTAR 2517/12, A FIM DE QUE A GRATIFICAÇÃO DE 50% SEJA VINCULADA A NÍVEL DE VENCIMENTO CONSTANTE NA TABELA DE VENCIMENTOS VIGENTE.**

A necessidade de alteração do artigo 1 da LCM 2517/2012 decorre do fato de que a citada lei instituiu a gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o nível de vencimento "112", o qual não mais subsiste na nova Tabela de Cargos, Carreiras, Níveis e Vencimentos, o que está gerando significativos prejuízos financeiros aos destinatários da referida gratificação.





**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



**18. ENTABULAR NEGOCIAO PR-LEGISLATIVA COM VISTAS A  
ALCANÇAR CONSENSO, NOS LIMITES DEFINIDOS EM LEI OU  
JURISPRUDÊNCIA, A RESPEITO DA POSSIBILIDADE DE SER RETOMADA A  
CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO**

Iniciar, desde logo, negociao coletiva como etapa prévia de procedimento legislativo ou administrativo de adoo de atos regulamentares com vistas a produzir instrumento de efeito obrigacional que venha permitir, na vigência de novo regramento nacional, a retomada da contagem do tempo de serviço dos servidores e empregados públicos municipais que, injustamente, ficou estagnada durante a pandemia.

**19. ESTIPULAO LEGAL DE PRMIO ANUAL A AGENTES COMUNITÁRIOS  
DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE S ENDEMIAS.**

Estipulao legal de prmio anual a agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, que deverá ser pago, preferencialmente, no mês de aniversário destes trabalhadores, em razão dos novos riscos que passaram a ser inerentes às funoes desempenhadas junto a populao mais carente, ofertando além de trabalho eficiente, orientaoes sobre comportamentos adequados  preservao da saúde, bem como informaçoes sobre riscos de doenças e epidemia, sendo inimaginável pensar na efetivao de políticas públicas de saúde sem a participao desses profissionais, cujos recursos para pagamento constam no orçamento geral da União com dotao própria e exclusiva e, quando repassados, seja para pagar salários ou qualquer outra vantagem a esses agentes, não so includos no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.

**20. RESPEITO  LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO VIGENTE E REVOGAO  
IMEDIATA DA ILEGAL EXTINO DO DAERP.**

Considerando os termos do inciso I do  2o do art. 160 da Lei Orgânica do Município reivindica-se a imediata revogao da lei complementar municipal de



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



natureza inferior que, ilegalmente, promoveu a extino do DAERP (Departamento de água e Esgoto de Ribeirão Preto), devendo ser observada a decisão judicial proferida às fls. 93/98 da ADI Processo não 2266019-38.2021.8.26.0000, onde o i. Desembargador Relator JACOB VALENTE, do Colendo rgo Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo considerou que “[...] o escopo do artigo 2o, caput, da Lei Federal não 9.074/95 que excepciona a necessidade de lei autorizativa para a concessão/permiso de serviço relativo ao 'saneamento básico', o qual, engloba a parte de captao e do fornecimento de água, segundo definio contida no artigo 3o, inciso I, da Lei Federal 11.445/2007, com a redao dada pela recente Lei 14.026/2020, haveria a necessidade, em princípio, da extino antecipada da atual concessão  entidade da Administrao Indireta que a explora, por meio da 'encampao' ou 'caducidade', mediante lei específica (artigos 37 e 38 da Lei 8.987/95)”, o que não ocorreu, o que torna a extino do DAERP, além de ilegal, desprovida de motivao justa uma vez que se d em afronta tácita a um despacho judicial não reformado e sequer combatido em outras instâncias judiciais.

**21. CUMPRIMENTO DE DETERMINAO JUDICIAL E CLÁUSULAS DE ACORDO JUDICIAL QUE TRATAM DO CONJUNTO DE AOES QUE VISAM A PROMOO DA SAÚDE, PREVENO DA MORBIMORTALIDADE E REDUO DE RISCOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

Respeito e imediato cumprimento, por parte do Município, da determinao judicial proferida pelo i. Juiz da 4a Vara do Trabalho de Ribeirão Preto – Tribunal Regional do Trabalho da 15 Região – nos autos da Ao Civil Coletiva ACC 0010213-84.2021.5.15.0067, fls ID 2d9b3c2, bem como o cumprimento de todas as cláusulas do acordo judicial homologado por sentença (id 21847d1e id 23d0853) nos autos da referida ao.



**SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS**



**22. CUMPRIMENTO DOS ACORDOS ADMINISTRATIVOS, INDIVIDUAIS, COLETIVOS E JUDICIAIS FIRMADOS COM O SINDICATO.**

Reconhecimento da eficácia jurídica dos instrumentos normativos firmados pela Administrao Pública com o Sindicato, devendo a Municipalidade cumprir com os efeitos decorrentes da negociao, não podendo ignor-los, modificá-los ou alterá-los para ajuste a situaes singulares, nem alegar haver motivao válida para eventual descumprimento por tratar-se de matéria sujeita a reserva de lei, o que não obstaculiza a responsabilizao da Administrao Pública por descumprimento do dever de garantir a efetividade daquilo que negociou.

**23. MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO E A PREVENO CONTRA O ASSÉDIO MORAL E SEXUAL E A DISCRIMINAO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.**

Debater com o Sindicato e adotar diversas iniciativas para aprimorar o cuidado e a ateno com trabalhadores e trabalhadoras públicos municipais no ambiente de trabalho com vistas a preveno e ao combate ao assédio e  discriminao no ambiente de trabalho, editando ao final atos normativos no âmbito da sua competência para enfrentar e prevenir o assédio moral e sexual e a discriminao no serviço público municipal, objetivando assegurar a saúde de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

**24. CONCESSÃO DE FALTA ABONADA PARA TODOS OS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE, INCLUSIVE PARA AQUELES QUE CUMPREM JORNADA DE TRABALHO DE 30HS**

Postula o Sindicato a concessão do direito  falta abonada, previsto no artigo 228 da Lei 3.181/76, regulamentado pelo artigo 14 da LCM 2.843/2017, para todos os trabalhadores da área da Saúde, inclusive para aqueles que cumprem jornada de trabalho de 30hs semanais.



**25. ISONOMIA EM RELAO AO PAGAMENTO DOS QUINQUNIOS E SEXTA PARTE DOS GCMS E GCMFS**

Havendo regra específica aplicável ao pagamento dos adicionais de quinqunio e sexta parte dos GCMs e GCMFs, homologadas judicialmente no processo coletivo proposto pelo sindicato em face da GCM (Processo Não 1019336-51.2016.8.26.0506), levando em considerao a necessidade da reduo da litigiosidade para se evitar o congestionamento de aoes judiciais repetitivas de direito público por meio da busca de meios consensuais de soluço de conflitos, requer-se que as diretrizes lançadas e acatadas pelas partes na referida ao coletiva norteiem o modo uniforme de julgar os pedidos administrativos afetos a trabalhadores sindicalizados uma vez que o direito busca a racionalizao e a segurança jurídica, desejando evitar, a princípio, a repetio de demandas, devendo na ao administrativa se reconhecerem direitos a evitar o ajuizamento de numerosas aoes em que se debatem questões idênticas.

**26. ISONOMIA EM RELAO AO PAGAMENTO DOS QUINQUNIOS E SEXTA PARTE RELATIVO AOS DEMAIS SERVIDORES MUNICIPAIS**

Havendo regra específica aplicável ao pagamento dos adicionais de quinqunio e sexta parte dos servidores municipais do DAERP e SASSOM (Processos não 0033596-82.2018.8.26.0506 e não 0022515-73.2017.8.26.0506), respectivamente, levando em considerao a necessidade da reduo da litigiosidade para se evitar o congestionamento de aoes judiciais repetitivas de direito público por meio da busca de meios consensuais de soluço de conflitos, requer-se que as diretrizes lançadas e acatadas pelas partes na referida ao coletiva norteiem o modo uniforme de julgar os pedidos administrativos afetos a trabalhadores sindicalizados uma vez que o direito busca a racionalizao e a segurança jurídica, desejando evitar, a princípio, a repetio de demandas,



## SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PRETO, GUATAPAR E PRADÓPOLIS



devendo na ação administrativa se reconhecerem direitos a evitar o ajuizamento de numerosas ações em que se debatem questões idênticas.

### **27. CRIAÇÃO FORMAL DE UMA COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O SINDICATO PARA ATENDIMENTO, COM AGILIDADE, DAS DEMANDAS ESPECIFICAS DE CADA SECRETARIA, AUTARQUIA OU FUNDAÇÃO.**

Tendo em vista que a negociação coletiva dos servidores públicos municipais possui, como se sabe, dimensão constitucional e legal, razão pela qual não está sujeita  livre-disponibilidade do administrador, ainda que não se pretenda dot-la de supremacia sobre a lei ou de configurá-la como direito absoluto, requer-se a instituição de um sistema de negociação permanente formal, adequado, necessário e proporcional, de modo a abarcar a discussão de reivindicações específicas apresentadas tanto através desta PAUTA DE REIVINDICAOES como também de temas que exijam negociação coletiva para superação das deficiências, controvérsias e contradições que surjam no ambiente de trabalho e das singularidades e especificidades das inúmeras carreiras que compõem o serviço público municipal.

Ribeirão Preto, 28 de fevereiro de 2023.

**VALDIR AVELINO**

**Presidente do SSM/RPGP**